



Aracaju - SE
 Belém - PA
 Belo Horizonte - MG
 Brasília - DF
 Campo Grande - MS
 Cuiabá - MT
 Curitiba - PR
 Florianópolis - SC
 Fortaleza - CE
 Goiânia - GO
 Maceió - AL
 Manaus - AM
 Natal - RN
 Palmas - TO
 Petrolina - PE
 Porto Alegre - RS
 Porto Velho - RO
 Recife - PE
 Rio Branco - AC
 Rio de Janeiro - RJ
 Salvador - BA
 São Luis - MA
 São Paulo - SP
 Teresina - PI
 Vitória - ES

EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO RELATOR DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – DOUTOR CLÁUDIO TERRÃO.

Ref.: Processo nº 1095500 – Representação.

BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE sob o n.º 11.338 e na OAB/MG sob o nº 97.276, com endereço constante do timbre da Procuração em anexo, representante legal da **MONTEIRO E MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS (Doc. 01)**, já qualificada nestes autos, vem, à presença de V.Exa., Tendo sido Citada mediante o Ofício nº 7634/2021-SEC/2ª Câmara, apresentar **DEFESA** diante das supostas irregularidade e fatos apontados na presente representação

I – DA TEMPESTIVIDADE DA PRESENTE DEFESA:

Foi de 15 (quinze) dias o prazo fixado pelo TCE/MG para apresentação da Resposta vertente, conforme Ofício de Citação de fls.



Aracaju - SE
 Belém - PA
 Belo Horizonte - MG
 Brasília - DF
 Campo Grande - MS
 Cuiabá - MT
 Curitiba - PR
 Florianópolis - SC
 Fortaleza - CE
 Goiânia - GO
 Maceió - AL
 Manaus - AM
 Natal - RN
 Palmas - TO
 Petrolina - PE
 Porto Alegre - RS
 Porto Velho - RO
 Recife - PE
 Rio Branco - AC
 Rio de Janeiro - RJ
 Salvador - BA
 São Luis - MA
 São Paulo - SP
 Teresina - PI
 Vitória - ES

Destarte, considerando que a comunicação fora recebida em 17.05.2021 (segunda-feira), tem-se como *dies ad quem* para a apresentação da presente Defesa, 01.05.2021 (terça-feira). Portanto, é de toda a evidência a tempestividade do aforamento desta manifestação processual quando aperfeiçoado na presente data.

II – DOS FATOS:

Relativamente aos fatos, tem-se que o Município de Santa Luzia/MG, após haver instaurado o competente procedimento interno, procedeu à contratação deste escritório de advocacia para lhe assessorar no intuito de litigar em juízo, em face da União Federal, visando à recuperação de créditos do hoje extinto FUNDEF, não repassados entre os anos de 1998 e 2006 em face da ilegal fixação do Valor Mínimo Anual por Aluno.

Em decorrência do supracitado ajuste e dos poderes outorgados pelo Município, o Requerente ingressou com a ação de cumprimento de sentença de nº 0018349-75.2017.4.01.3400 (esta em curso na Justiça Federal do Distrito Federal).

Analisando a contratação em tela, o Douto Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais entendeu por bem apresentar **representação** em face deste Requerente, e dos Representantes do Erário, por ter vislumbrado supostas “ilegalidades”.



Aracaju - SE
 Belém - PA
 Belo Horizonte - MG
 Brasília - DF
 Campo Grande - MS
 Cuiabá - MT
 Curitiba - PR
 Florianópolis - SC
 Fortaleza - CE
 Goiânia - GO
 Maceió - AL
 Manaus - AM
 Natal - RN
 Palmas - TO
 Petrolina - PE
 Porto Alegre - RS
 Porto Velho - RO
 Recife - PE
 Rio Branco - AC
 Rio de Janeiro - RJ
 Salvador - BA
 São Luis - MA
 São Paulo - SP
 Teresina - PI
 Vitória - ES

Acerca das alegadas irregularidades apontadas no bojo da representação em comento, cumpre trazer à baila os esclarecimentos bastantes à elucidação.

III – DOS FUNDAMENTOS À IMPROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO:

a) DA POSSIBILIDADE DE TERCEIRIZAÇÃO DO SERVIÇO, DA COMPLEXIDADE DA MATÉRIA E DA DISTINÇÃO ENTRE O OBJETO E AS FUNÇÕES DA PROCURADORIA MUNICIPAL (ASSESSORES JURÍDICOS CONTRATADOS):

Ab initio, impende um esclarecimento em relação ao objeto contratado e referente ao qual pugna-se o reconhecimento do crédito em nome do Município: o objeto da contratação não versa sobre o atual FUNDEB, e sim sobre o FUNDEF – Fundo Educacional vigorou apenas entre os anos de 1998 e 2006, momento em que foi criado o atual FUNDEB.

É que constatado, ainda na vigência do FUNDEF, que em relação a este a União promovia de forma equivocada os cálculos dos valores a serem repassados aos Municípios por ilegal fixação do valor mínimo anual por aluno, vários Municípios ingressaram com demandas judiciais (próprias ou coletivas) objetivando a reparação do dano.

Por outro lado, emergiu ainda, no ano de 2016, que os Municípios podem valer-se de ação proposta pelo MPF que gerou título



Aracaju - SE
 Belém - PA
 Belo Horizonte - MG
 Brasília - DF
 Campo Grande - MS
 Cuiabá - MT
 Curitiba - PR
 Florianópolis - SC
 Fortaleza - CE
 Goiânia - GO
 Maceió - AL
 Manaus - AM
 Natal - RN
 Palmas - TO
 Petrolina - PE
 Porto Alegre - RS
 Porto Velho - RO
 Recife - PE
 Rio Branco - AC
 Rio de Janeiro - RJ
 Salvador - BA
 São Luis - MA
 São Paulo - SP
 Teresina - PI
 Vitória - ES

coletivo e passível de execução individual por parte dos Municípios beneficiários - situação do Município de Santa Luzia/MG que, após devida e regular contratação, promoveu o competente cumprimento de sentença.

Em que pese a celeuma que sempre envolveu a questão à época do não repasse corrente, a União jamais corrigiu ADMINISTRATIVAMENTE o erro que se alegava perpetrado por anos. Ao contrário, optou por defender-se em juízo sempre que acionada, a fim de não repassar qualquer valor aos municípios que se diziam titulares do direito.

Ademais, consta dos termos representados pelo ilustre *parquet* de Contas, a suposta impossibilidade de o Município haver atribuído o serviço de ajuizamento e acompanhamento da demanda judicial corresponde ao FUNDEF a prestador de serviço (pessoa estranha aos quadros da Procuradoria Municipal).

Ora, a análise da possibilidade de o município terceirizar serviços como os de recuperação de créditos não fiscais e extra orçamentários em matéria específica (como a do FUNDEF), não é matéria nova no âmbito de nossos Tribunais.

No que tange à atuação em juízo, por parte dos Municípios, nos termos do art. 75, III, do Novo Código de Processo Civil – CPC sabe-se que a representação cabe ao Prefeito eleito e/ou a Procuradoria Municipal devidamente instituída para tal fim:

Art. 75. Serão representados em juízo, ativa e passivamente:



Aracaju - SE
 Belém - PA
 Belo Horizonte - MG
 Brasília - DF
 Campo Grande - MS
 Cuiabá - MT
 Curitiba - PR
 Florianópolis - SC
 Fortaleza - CE
 Goiânia - GO
 Maceió - AL
 Manaus - AM
 Natal - RN
 Palmas - TO
 Petrolina - PE
 Porto Alegre - RS
 Porto Velho - RO
 Recife - PE
 Rio Branco - AC
 Rio de Janeiro - RJ
 Salvador - BA
 São Luis - MA
 São Paulo - SP
 Teresina - PI
 Vitória - ES

...

III - o Município, por seu prefeito ou procurador;

Contudo, não se pode pretender que o Prefeito ou o Procurador estejam habilitados para a atuação judicial e/ou administrativa em causas não corriqueiras ou que envolvam conhecimentos específicos, razão pela qual, previu o ordenamento jurídico a possibilidade de, em situações excepcionais, incomuns e complexas, ser conferido a outro profissional diferente daqueles que compõem os quadros municipais, o desenvolvimento de tais tarefas.

É que em situações como estas (pleitos judiciais de recuperação creditícia em face de Ente Federado diverso) são por vezes exigidos do operador do Direito, elementos técnicos que escapam das atribuições normais e corriqueiras do Município – como planilhamento de valores, levantamento de informações junto à Secretarias da União, análise de informações contábeis, tramitação processual nas diversas instâncias, diligências constantes na sede do TRF e na Capital Federal, etc.

Para se ter uma ideia, antes mesmo de se adentrar no mérito do direito ou não ao crédito de FUNDEF, os Municípios têm tido que ingressar com demandas próprias e específicas diretamente perante o Supremo Tribunal Federal a fim de permitir que as ações executivas sejam apreciadas. E tudo isso demanda, antes de tudo, o conhecimento técnico específico para a questão e, em última análise, um custo indeterminado e incalculável ao Erário que pretenda se aventurar aos seus esforços.

Em casos assim, a legislação pátria permite que os serviços sejam terceirizados, para que não seja o ente público impedido de



Aracaju - SE
 Belém - PA
 Belo Horizonte - MG
 Brasília - DF
 Campo Grande - MS
 Cuiabá - MT
 Curitiba - PR
 Florianópolis - SC
 Fortaleza - CE
 Goiânia - GO
 Maceió - AL
 Manaus - AM
 Natal - RN
 Palmas - TO
 Petrolina - PE
 Porto Alegre - RS
 Porto Velho - RO
 Recife - PE
 Rio Branco - AC
 Rio de Janeiro - RJ
 Salvador - BA
 São Luis - MA
 São Paulo - SP
 Teresina - PI
 Vitória - ES

contratar advogado com técnica específica e apurada, por existência de Procuradoria e, assim, posto em posição diversa do particular que tem a sua disposição os melhores profissionais do mercado.

No âmbito Jurisprudencial, em 2014, ao analisar o Inquérito nº 3.074, de Santa Catarina, julgado pela Primeira Turma do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, o então relator MINISTRO ROBERTO BARROSO, teceu os seguintes comentários sobre a possibilidade de se terceirizar determinados serviços jurídicos, mesmo que havendo Procuradoria Local (ou em casos de substituição por Assessores jurídicos contratados). Veja-se:

“...

17. O fato de a entidade pública contar com quadro próprio de procuradores não obsta legalmente a contratação de advogado particular para a prestação de serviço específico. É necessário, contudo, que fique configurada a impossibilidade ou relevante inconveniência de que a atribuição seja exercida pela advocacia pública, dada a especificidade e relevância da matéria ou a deficiência da estrutura estatal.”

(STF – PRIMEIRA TURMA – REL. MIN. ROBERTO BARROSO – INQUÉRITO 3.074 – JULGADO EM 26.08.2014)

No mesmo sentido:

“Representação judicial não excludente da Constituição de mandatário ad judicia para causa específica. Ao conferir aos procuradores dos Estados e do Distrito Federal a sua representação judicial, o artigo 132 da Constituição veicula norma de organização administrativa, sem tolher a capacidade de tais entidades federativas para conferir mandato ad judicia a



Aracaju - SE
 Belém - PA
 Belo Horizonte - MG
 Brasília - DF
 Campo Grande - MS
 Cuiabá - MT
 Curitiba - PR
 Florianópolis - SC
 Fortaleza - CE
 Goiânia - GO
 Maceió - AL
 Manaus - AM
 Natal - RN
 Palmas - TO
 Petrolina - PE
 Porto Alegre - RS
 Porto Velho - RO
 Recife - PE
 Rio Branco - AC
 Rio de Janeiro - RJ
 Salvador - BA
 São Luis - MA
 São Paulo - SP
 Teresina - PI
 Vitória - ES

outros advogados para causas especiais."

(STF, PET 409-AGR, REL. P/ O AC. MIN. SEPÚLVEDA PERTENCE, JULGAMENTO EM 18-4-90, PLENÁRIO, DJ DE 29-6-90)

"AÇÃO POPULAR. REQUISITO. LESIVIDADE DO PATRIMÔNIO PÚBLICO. CONTRATAÇÃO DE ADVOGADO PELO PREFEITO. EXISTÊNCIA DE PROCURADORIA JUDICIAL MUNICIPAL. IRRELEVÂNCIA. DEMANDA DE VULTUOSA QUANTIA. Responsabilidade do prefeito em defender os interesses do município da melhor forma possível. Ato de natureza discricionária. Ação improcedente. Sentença confirmada." (RJTJ/SP 70/135)

Doutrinariamente, a seu turno, a questão segue linhas idênticas, conforme as lições esposadas pelo Ex Procurador-Geral da República, o Dr. Aristides Junqueira Alvarenga, em Parecer emitido sobre o tema, do qual se extrai os seguintes trechos (**Doc. 02**):

"A natureza singular do serviço, objeto da contratação, se mede, no caso em foco, pelo relevo da causa a ser contratada e que, obviamente, deve escapar à rotina do órgão contratante e da própria estrutura de advocacia pública que o atende. Não basta, portanto, que o profissional seja dotado de notória especialização, exigindo-se, igualmente, que a atividade envolva complexidade que tome necessária a contratação. Por isso, o fato de a entidade pública contar com quadro próprio de procuradores não é óbice à contratação de advogado para a prestação de serviço específico. É necessário, contudo, que fique configurada a impossibilidade ou relevante inconveniência de que a atribuição seja exercida pela advocacia pública, dada a especificidade e relevância da matéria ou a deficiência da



Aracaju - SE
 Belém - PA
 Belo Horizonte - MG
 Brasília - DF
 Campo Grande - MS
 Cuiabá - MT
 Curitiba - PR
 Florianópolis - SC
 Fortaleza - CE
 Goiânia - GO
 Maceió - AL
 Manaus - AM
 Natal - RN
 Palmas - TO
 Petrolina - PE
 Porto Alegre - RS
 Porto Velho - RO
 Recife - PE
 Rio Branco - AC
 Rio de Janeiro - RJ
 Salvador - BA
 São Luis - MA
 São Paulo - SP
 Teresina - PI
 Vitória - ES

estrutura estatal, que pode ser caracterizada até mesmo pela ausência de serviço jurídico público. Afinal, nos mais de cinco mil e quinhentos municípios brasileiros é bem provável que isso ocorra em considerável número deles.

Quanto à inadequação da prestação do serviço pelos integrantes do Poder Público, trata-se de requisito estreitamente ligado à singularidade da causa, objeto do contrato. Deve referir-se a causas que tenham certa complexidade, sendo de impossível ou de difícil desempenho por parte de advogados componentes do corpo jurídico permanente da entidade pública, encarregados de executar serviços advocatícios corriqueiros que deve escapar à rotina do órgão contratante e da própria estrutura de advocacia pública que o atende. Tratando-se, por exemplo, de município, a execução fiscal de débito relativo ao imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISS ou sobre propriedade predial e territorial urbana-IPTU (art. 156 da Constituição da República) são, evidentemente, serviços habituais que não podem ser considerados singulares.

Deve ser causa que exija dos advogados públicos especial estudo para o ajuizamento da ação, bem como a segurança profissional de que será obtido o desejado êxito em benefício do ente público junto aos juízes e tribunais competentes para o julgamento da causa.

Com efeito, não é de difícil constatação que, boa parte de nossos municípios não é sede de comarca e a maioria deles não é sede de Justiça Federal perante a qual devem ser propostas as ações contra a União, como é o caso relatado na consulta em tela. Até mesmo essa simples circunstância é idônea a contribuir para a conclusão de não haver inadequação do patrocínio da causa pelos integrantes do serviço jurídico da municipalidade.”

Não pode, aliás, afirmar que os Assessores Jurídicos (em substituição a Procuradoria) de Santa Luzia tem as melhores



Aracaju - SE
 Belém - PA
 Belo Horizonte - MG
 Brasília - DF
 Campo Grande - MS
 Cuiabá - MT
 Curitiba - PR
 Florianópolis - SC
 Fortaleza - CE
 Goiânia - GO
 Maceió - AL
 Manaus - AM
 Natal - RN
 Palmas - TO
 Petrolina - PE
 Porto Alegre - RS
 Porto Velho - RO
 Recife - PE
 Rio Branco - AC
 Rio de Janeiro - RJ
 Salvador - BA
 São Luís - MA
 São Paulo - SP
 Teresina - PI
 Vitória - ES

condições para ajuizar e acompanhar a(s) demanda(s) recuperativa(s) do FUNDEF. No presente caso, o Município em comento sequer tem Procuradoria construída, sendo os trabalhos corriqueiros realizados por Assessores jurídicos contratados.

Embora no campo hipotético essa ideia seja plausível, na prática não representa necessariamente uma verdade em si.

Veja-se, por exemplo, o que decorrido no caso que veio a público em relação ao Município de Recife/PE, que nos autos do Processo nº 0004799-17.2015.4.05.8300 executou o valor de R\$ 453.980.078,91 (quatrocentos e cinquenta e três milhões novecentos e oitenta mil e setenta e oito reais e noventa e um centavos) a título de créditos do FUNDEF, quando na verdade o crédito da capital pernambucana é de R\$ 936.235.489,22 (novecentos e trinta e seis milhões duzentos e trinta e cinco mil quatrocentos e oitenta e nove reais e vinte e dois centavos).

Acontece que a execução equivocada foi promovida pela própria Procuradoria Municipal, e a correção do valor só foi possível pela intervenção deste Requerente privado contratado pelo Município de Santa Luzia, especialista na causa, com o atesto da própria Contadoria da Justiça Federal em Pernambuco – **Doc. 03**.

No âmbito o Estado do Ceará, situação semelhante também ocorreu no Município de Iguatu – o Município, por imperícia de seu corpo jurídico ingressou com Demanda de FUNDEF, pleiteando o crédito de R\$ 74.081.983,84 (setenta e quatro milhões oitenta e um mil novecentos



Aracaju - SE
 Belém - PA
 Belo Horizonte - MG
 Brasília - DF
 Campo Grande - MS
 Cuiabá - MT
 Curitiba - PR
 Florianópolis - SC
 Fortaleza - CE
 Goiânia - GO
 Maceió - AL
 Manaus - AM
 Natal - RN
 Palmas - TO
 Petrolina - PE
 Porto Alegre - RS
 Porto Velho - RO
 Recife - PE
 Rio Branco - AC
 Rio de Janeiro - RJ
 Salvador - BA
 São Luis - MA
 São Paulo - SP
 Teresina - PI
 Vitória - ES

e oitenta e três reais e oitenta e quatro centavos) quando na verdade teve o direito negado e restou condenado a pagar verba de sucumbência. Ou seja, além de não haver nada do pretense crédito, o Erário ainda foi condenado a pagar 1% (um por cento) sobre o valor da causa – o que perfaz nada menos que R\$ 740.819,83 (setecentos e quarenta mil oitocentos e dezenove reais e oitenta e três centavos) – Sentença em anexo (**Doc. 04**).

Certo é, portanto, que havendo erro nos cálculos, decorrerá prejuízo ao Município, quer a execução tenha se procedido com valores maiores ou menores do que o crédito efetivo – risco que deve ser minimizado a todo custo pela Administração, como foi feito pelo Município de Santa Luzia/MG.

Ademais, o valor do crédito é apenas uma das nuances que merecem ser observadas à boa prestação dos serviços de recuperação dos créditos e diligenciamento do feito. Questões como a defesa das teses de legitimidade do município, competência para apreciar a matéria e a própria matéria meritória são vitais à salvaguarda do direito do Município. Isso sem contar o custo financeiro e humano de tamanha prestação jurídica.

No âmbito do Poder Judiciário, mesmo para demandas executivas de títulos coletivos por parte de Entes Públicos e em face da Administração, o SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA chancelou a possibilidade de terceirização do serviço, ao passo que afirmou haver diversas especificidades neste tipo de feito que o caracterizam como demanda nova e complexa.



Aracaju - SE

Belém - PA

Belo Horizonte - MG

Brasília - DF

Campo Grande - MS

Cuiabá - MT

Curitiba - PR

Florianópolis - SC

Fortaleza - CE

Goiânia - GO

Maceió - AL

Manaus - AM

Natal - RN

Palmas - TO

Petrolina - PE

Porto Alegre - RS

Porto Velho - RO

Recife - PE

Rio Branco - AC

Rio de Janeiro - RJ

Salvador - BA

São Luis - MA

São Paulo - SP

Teresina - PI

Vitória - ES

Exemplo desse julgado é o que recentemente exarado pelo Pleno do Tribunal, nos autos do REsp 1.648.238 - Tema 973 (Repetitivo), conforme trecho abaixo transcrito do julgado que segue em anexo (**Doc. 05**), *in verbis*:

*EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DECORRENTE DE AÇÃO COLETIVA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.** IMPUGNAÇÃO. AUSÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL. MUDANÇA NO ORDENAMENTO JURÍDICO. INOCORRÊNCIA. SÚMULA 345 DO STJ. INCIDÊNCIA.*

...

*5. **O procedimento de cumprimento individual de sentença coletiva**, ainda que ajuizado em litisconsórcio, quando almeja a satisfação de direito reconhecido em sentença condenatória genérica proferida em ação coletiva, **não pode receber o mesmo tratamento pertinente a um procedimento de cumprimento comum, uma vez que traz consigo a discussão de nova relação jurídica, e a existência e a liquidez do direito dela decorrente serão objeto de juízo de valor a ser proferido como pressuposto para a satisfação do direito vindicado.***

*6. **Hipótese em que o procedimento de cumprimento de sentença pressupõe cognição exauriente – a despeito do nome a ele dado, que induz à indevida compreensão de se estar diante de mera fase de execução –, sendo indispensável a contratação de advogado, uma vez que é necessária a identificação da titularidade do exequente em relação ao direito pleiteado, promovendo-se a liquidação do valor a ser pago e a individualização do***



Aracaju - SE
 Belém - PA
 Belo Horizonte - MG
 Brasília - DF
 Campo Grande - MS
 Cuiabá - MT
 Curitiba - PR
 Florianópolis - SC
 Fortaleza - CE
 Goiânia - GO
 Maceió - AL
 Manaus - AM
 Natal - RN
 Palmas - TO
 Petrolina - PE
 Porto Alegre - RS
 Porto Velho - RO
 Recife - PE
 Rio Branco - AC
 Rio de Janeiro - RJ
 Salvador - BA
 São Luis - MA
 São Paulo - SP
 Teresina - PI
 Vitória - ES

crédito, o que torna induvidoso o conteúdo cognitivo dessa execução específica.

VOTO

...

O fundamento condutor da posição então prevalecente residia na percepção de que tais execuções decorreriam de um título judicial genérico, no qual não está definida a certeza e a liquidez do direito de cada titular do “crédito” a ser executado, atributos que somente poderiam ser identificados e dimensionados mediante a propositura de execuções individuais, nas quais seriam expostas as peculiaridades de cada demandante, o que implica complexidade diferenciada no processo executório, a qual persiste mesmo que não tenham sido ajuizados embargos à execução. A ilustrar, o AgRg no REsp 658.155/SC (Rel. Min. LAURITA VAZ, Quinta Turma, DJ 10/10/2005, p. 417)

(STJ – CORTE ESPECIAL – REL. MIN. GURGEL FARIA – RESP 1.648.238/RS – DJe de 27.06.2018)

Por certo, não se defende aqui que a melhor interpretação das normas e dos precedentes colacionados estabeleça a obrigatoriedade de terceirização da atividade jurídica para a execução de título coletivo, mas, que, como no caso da Edilidade de Santa Luzia, inexistindo estrutura bastante aos Assessores jurídicos para fazê-lo (inexiste ou inexistia Procuradoria Municipal formalmente constituída no Município), se garanta ao Município a possibilidade de terceirizar o serviço por vias legais e legítimas (como ocorrido).



Aracaju - SE
 Belém - PA
 Belo Horizonte - MG
 Brasília - DF
 Campo Grande - MS
 Cuiabá - MT
 Curitiba - PR
 Florianópolis - SC
 Fortaleza - CE
 Goiânia - GO
 Maceió - AL
 Manaus - AM
 Natal - RN
 Palmas - TO
 Petrolina - PE
 Porto Alegre - RS
 Porto Velho - RO
 Recife - PE
 Rio Branco - AC
 Rio de Janeiro - RJ
 Salvador - BA
 São Luis - MA
 São Paulo - SP
 Teresina - PI
 Vitória - ES

Ademais, ainda que detenha o Município Procuradoria própria, tal não afasta a possibilidade da contratação ora proposta e para os fins exclusivos a que se destina – seja pela complexidade, seja pelo insuficiente aparelhamento humano local, seja pela impossibilidade recorrente de a Administração manter e custear o diligenciamento da(s) demanda(s) durante toda marcha processual.

Foi assim que o **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, em recente acórdão, **afastou a improbidade** na contratação de advogado para atuar na recuperação de verbas do FUNDEF (**Doc. 06**).

Ainda, importante frisar a arbitrariedade da Procuradoria de Contas ao indicar que o procedimento administrativo de contratação foi “montado” pelo contratado, como se o mesmo gerisse a Comissão de Licitação e o quadro Jurídico do Município. UM GRANDE ABSURDO!

Ora, conforme narrado acima, a Monteiro e Monteiro Advogados apresentou toda documentação comprobatória da possibilidade de contratação, por inexigibilidade de licitação, pelo Município de Santa Luzia. A diligência e celeridade do Município na análise da documentação, inclusive diante da constatação da existência de centenas de outros contratos firmados com Municípios em todo o país, não pode ser, como tenta induzir a Procuradoria de Contas, taxado como fraude na contratação.

Chega a ser irresponsável tal imputação tanto aos agentes público, como a esse escritório legitimamente contratado.



Aracaju - SE
 Belém - PA
 Belo Horizonte - MG
 Brasília - DF
 Campo Grande - MS
 Cuiabá - MT
 Curitiba - PR
 Florianópolis - SC
 Fortaleza - CE
 Goiânia - GO
 Maceió - AL
 Manaus - AM
 Natal - RN
 Palmas - TO
 Petrolina - PE
 Porto Alegre - RS
 Porto Velho - RO
 Recife - PE
 Rio Branco - AC
 Rio de Janeiro - RJ
 Salvador - BA
 São Luis - MA
 São Paulo - SP
 Teresina - PI
 Vitória - ES

Não há, portanto, qualquer empecilho fático, legal ou jurisprudencial à terceirização do serviço do FUNDEF promovido pelo Município de Santa Luzia com o ora Requerente.

b) DA DITA FORMA INDEVIDA DE REMUNERAÇÃO E VINCULAÇÃO INDEVIDA DE RECURSOS DO FUNDEF/FUNDEB:

Alegou, ainda, a Representante do Parquet de Contas que não pode a Administração firmar contrato de risco para o presente objeto e que a remuneração dos advogados futura e eventualmente contratados não poderiam dar-se com verbas advindas do próprio crédito vindicado – porquanto estaria este vinculado a gastos com a Educação Básica.

Trata-se, o pretenso Contrato, do chamado Contrato de Eficácia, correspondente exatamente à execução de um serviço pelo prestador, por seu próprio risco e cuja remuneração dar-se-á *ad exitum* (de forma proporcional e condicionada ao êxito).

Ora, o caso mais comum de contratos de eficácia é, justamente, o da contratação de serviços advocatícios pela Administração, em que o contratado recebe um percentual sobre o benefício proporcionado ao Poder Público.

Tal possibilidade contratual ocorre quando o Contratado, no caso o advogado, assume o dever de buscar proporcionar uma economia ou um ressarcimento à Administração, sendo que sua



Aracaju - SE
 Belém - PA
 Belo Horizonte - MG
 Brasília - DF
 Campo Grande - MS
 Cuiabá - MT
 Curitiba - PR
 Florianópolis - SC
 Fortaleza - CE
 Goiânia - GO
 Maceió - AL
 Manaus - AM
 Natal - RN
 Palmas - TO
 Petrolina - PE
 Porto Alegre - RS
 Porto Velho - RO
 Recife - PE
 Rio Branco - AC
 Rio de Janeiro - RJ
 Salvador - BA
 São Luis - MA
 São Paulo - SP
 Teresina - PI
 Vitória - ES

remuneração corresponderá a um percentual da economia gerada ou do crédito obtido. Se o profissional não obtiver êxito total ou parcial em sua atuação, poderá ter uma redução na remuneração ou até mesmo nada receber.

O que de plano fica evidente é que se trata de um contrato de risco para o Contratado, com o objetivo claro de proporcionar uma economia à Administração Pública contratante, na forma de redução de despesas correntes ou recuperação de receita, restando verificado que tal Contrato se traduz em mecanismo que visa o incentivo da eficiência e alcance de metas das contratações públicas.

No âmbito da análise e controle de casos tais, o **EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU** oportunamente já reconheceu a legalidade e as especificidades de tal “modalidade” contratual. É o caso, por exemplo do seguinte julgado, que segue transcrito juntamente com o trecho pertinente do respectivo Voto, *in verbis*:

“**Sumário:** Prestação de Contas Anual. CBTU. Contrato de prestação de serviços de levantamento de contas inativas do FGTS e de recuperação de indêbitos do Finsocial. Contrato de risco. Precedentes do TCU. Contas regulares com ressalva. Determinações.

...

Relatório

...

Não discordo da unidade técnica quando aponta que a remuneração recebida pela empresa J. Marinho foi elevada em relação ao trabalho desenvolvido. No momento das tratativas entre a CBTU e a empresa J. Marinho, não se sabia



Aracaju - SE
 Belém - PA
 Belo Horizonte - MG
 Brasília - DF
 Campo Grande - MS
 Cuiabá - MT
 Curitiba - PR
 Florianópolis - SC
 Fortaleza - CE
 Goiânia - GO
 Maceió - AL
 Manaus - AM
 Natal - RN
 Palmas - TO
 Petrolina - PE
 Porto Alegre - RS
 Porto Velho - RO
 Recife - PE
 Rio Branco - AC
 Rio de Janeiro - RJ
 Salvador - BA
 São Luis - MA
 São Paulo - SP
 Teresina - PI
 Vitória - ES

quanto tempo iria levar a conclusão do processo, nem, muito menos, qual a decisão da Secretaria da Receita Federal. Assim, os acontecimentos futuros eram completamente imprevisíveis, tanto que o contrato previa remuneração apenas em caso de sucesso da demanda. Ou seja, tratava-se de típico contrato de risco.

Nesses casos, é natural que, havendo sucesso na empreitada, a remuneração do contratado seja elevada e, eventualmente, desproporcional ao serviço prestado, pois o contratado assume, para si, todos os ônus do insucesso, adiantando despesas e arcando integralmente com os custos associados ao serviço, na expectativa de auferir o prêmio oferecido.

Se, ao final do processo, nada fosse obtido, isto é, se a decisão da Receita Federal fosse desfavorável à CBTU ou, ainda que favorável, demorasse muitos anos, a empresa contratada poderia ter prejuízo.

Ora, para uma empresa que celebra contratos de risco, a remuneração auferida naqueles contratos em que se obtém sucesso deve necessariamente ser elevada, justamente para compensar o prejuízo incorrido nos outros contratos em que resultado pretendido é frustrado. Também para o contratante, naqueles casos em que prepondera a incerteza de sucesso da demanda, o contrato de risco revela-se proveitoso, pois ele nada desembolsa pelo serviço prestado, somente comprometendo-se a partilhar com o contratado o eventual resultado favorável.

Por isso, não se pode avaliar se o prêmio foi excessivo a partir de análise posterior.

O método correto é verificar se o prêmio oferecido estava compatível com as chances de sucesso da empreitada e as dificuldades a serem enfrentadas, a partir das informações detidas pelas partes à época da celebração do contrato. Para auxiliar nessa tarefa, também deve-se perscrutar



Aracaju - SE
 Belém - PA
 Belo Horizonte - MG
 Brasília - DF
 Campo Grande - MS
 Cuiabá - MT
 Curitiba - PR
 Florianópolis - SC
 Fortaleza - CE
 Goiânia - GO
 Maceió - AL
 Manaus - AM
 Natal - RN
 Palmas - TO
 Petrolina - PE
 Porto Alegre - RS
 Porto Velho - RO
 Recife - PE
 Rio Branco - AC
 Rio de Janeiro - RJ
 Salvador - BA
 São Luis - MA
 São Paulo - SP
 Teresina - PI
 Vitória - ES

negócios similares ocorridos e a remuneração média, praticada pelo mercado.” (destaques acrescidos)
 (TCU – ACÓRDÃO Nº 589/2004 – PROCESSO TC 008.746/2000-4)

Note-se que no caso acima retratado, ainda que na opinião pessoal tanto dos responsáveis emitentes do Relatório Técnico quanto do próprio relator, os valores recebidos pela empresa contratada tenham sido supostamente desproporcionais em relação à duração da prestação e ao trabalho desempenhado, restou forçoso se reconhecer a legalidade do contrato e da forma de remuneração.

É que, como didaticamente se discorreu no trecho transcrito, a remuneração dita elevada é inclusive corolário da própria condição de risco assumida pelas partes.

A única característica que teria sido capaz de deslegitimar aquela avença teria sido o eventual fato de o percentual honorário vir a ser estipulado em patamar desarrazoado.

Trazendo a questão para o presente caso, não havendo delimitação legal específica em relação ao teto na cobrança dos honorários contratuais, forçoso se lhe atribuir o valor de mercado – notadamente para aquelas demandas que mais se aproximem (ou sejam preferencialmente idênticas) à que se busque contratar.

Exemplificando o posicionamento jurisprudencial com relação ao limite que seria aceitável para fins contratações como as aqui referidas, frise-se que **TCE/SE**, em momento oportuno fixou percentual



Aracaju - SE
 Belém - PA
 Belo Horizonte - MG
 Brasília - DF
 Campo Grande - MS
 Cuiabá - MT
 Curitiba - PR
 Florianópolis - SC
 Fortaleza - CE
 Goiânia - GO
 Maceió - AL
 Manaus - AM
 Natal - RN
 Palmas - TO
 Petrolina - PE
 Porto Alegre - RS
 Porto Velho - RO
 Recife - PE
 Rio Branco - AC
 Rio de Janeiro - RJ
 Salvador - BA
 São Luis - MA
 São Paulo - SP
 Teresina - PI
 Vitória - ES

máximo exigido como contraprestação a serviços jurídicos terceirizados mediante contrato de risco. Veja-se os termos da já referida Resolução nº 288/2014:

“...

Considerando o disposto na Decisão TC 16.985/2009 – Pleno que trata sobre a contratação de prestação de serviços técnico-especializados de advogado com cláusula de risco e/ou resultado para a percepção de verba honorária;

...

Art. 2º - Em caráter excepcional e extraordinário, e com a devida motivação, admite-se a contratação de profissionais da contabilidade ou da advocacia para a realização de serviços de consultoria e advocacia tributária com a finalidade de recuperação de créditos tributários, quando inexistir advogado ou procurador jurídico qualificado para o caso concreto, nos quadros do poder Executivo Estadual e Municipal.

...

§3º Admite-se, ainda, a contratação de honorários por êxito, desde que observados os seguintes requisitos:

I – Os honorários contratados não poderão ultrapassar 20% (vinte por cento) do que o ente público auferir com a homologação administrativa ou em sentença judicial transitada em julgado.

II – O pagamento dos honorários deve observar estritamente o art. 3º desta resolução, e ser realizado na proporção em que os efeitos financeiros favoráveis da decisão passem efetivamente a integrar o erário do contratante,” (destaques acrescidos)

Assim os contratos de eficácia e as avenças que contemplam remuneração variável poderão proporcionar economias



Aracaju - SE
 Belém - PA
 Belo Horizonte - MG
 Brasília - DF
 Campo Grande - MS
 Cuiabá - MT
 Curitiba - PR
 Florianópolis - SC
 Fortaleza - CE
 Goiânia - GO
 Maceió - AL
 Manaus - AM
 Natal - RN
 Palmas - TO
 Petrolina - PE
 Porto Alegre - RS
 Porto Velho - RO
 Recife - PE
 Rio Branco - AC
 Rio de Janeiro - RJ
 Salvador - BA
 São Luis - MA
 São Paulo - SP
 Teresina - PI
 Vitória - ES

relevantes aos Cofres Públicos, sendo que tal formatação é cada vez mais utilizada por administradores modernos que visam uma maior eficiência da prestação.

Ademais, abra-se novo parêntese aqui, para dizer que a terceirização do serviço com pagamento honorário apenas *no eventual êxito*, também desonera a Administração em relação a todos os custos processuais e procedimentais (deslocamentos, diligências, gastos contábeis, viagens, etc.).

No âmbito Doutrinário, veja-se nesse sentido as breves, porém concisas lições da nobre professora Angélica Guimarães, em obra publicada sobre o Direito Municipal¹:

“...

Considerando-se a natureza dos serviços, o volume de demandas e a notória especialidade do contrato em face do alto custo com deslocamento e diárias dos procuradores de carreira para patrocínio dos interesses do Município no Distrito Federal, até que seja criada representação da PGM nesta comarca, entende-se que a contratação atende aos princípios da razoabilidade, eficiência e legalidade, além dos demais enunciados na CF/88.”

Demais disso, observe-se que NÃO HÁ no ordenamento vedação a que a remuneração além de *ad exitum* possa dar-se em patamar percentual sobre o crédito recuperado e/ou benefício proporcionado.

¹ Direito Municipal Aplicado. Ed. JAM Jurídica, 1ª Ed. 2010. Pg 193/194



Aracaju - SE
 Belém - PA
 Belo Horizonte - MG
 Brasília - DF
 Campo Grande - MS
 Cuiabá - MT
 Curitiba - PR
 Florianópolis - SC
 Fortaleza - CE
 Goiânia - GO
 Maceió - AL
 Manaus - AM
 Natal - RN
 Palmas - TO
 Petrolina - PE
 Porto Alegre - RS
 Porto Velho - RO
 Recife - PE
 Rio Branco - AC
 Rio de Janeiro - RJ
 Salvador - BA
 São Luis - MA
 São Paulo - SP
 Teresina - PI
 Vitória - ES

Tomemos por base inicial a própria exigência do TCU de que os contratos administrativos obedeçam à regra do art. 55, III, da Lei nº 8.666/93, que prevê como cláusula necessária a fixação do “preço e as condições de pagamento” de forma clara e incontroversa. **(TCU. Acórdão nº 458/2007, Plenário, rel. Min. Aroldo Cedraz).**

Ao realizar a exegese do art. 55, III, da Lei 8.666/93, verifica-se, que não há a exigência de valor fixo nos contratos administrativos, mas sim de cláusula que estabeleça o preço e as condições de pagamento. Daí porque não há no regramento ou na Doutrina consagrada qualquer vedação a fixação de valores remuneratórios não determinados, desde que sejam determináveis.

Importante repisar que a celebração de contrato de risco para prestação de serviços advocatícios não afronta o princípio da moralidade, sendo prática Requerente entre advogados e clientes a celebração de avenças dessa natureza, não se entendendo lesiva a uma das partes a remuneração dos honorários contratuais e sucumbenciais nos montantes determinados pela legislação.

Portanto, a contratação de serviços para recuperação de créditos a ser pago com base em percentual sobre os valores a serem recuperados pode ser feita desde que haja previsão contratual acerca do percentual e das condições de pagamento.



Aracaju - SE
 Belém - PA
 Belo Horizonte - MG
 Brasília - DF
 Campo Grande - MS
 Cuiabá - MT
 Curitiba - PR
 Florianópolis - SC
 Fortaleza - CE
 Goiânia - GO
 Maceió - AL
 Manaus - AM
 Natal - RN
 Palmas - TO
 Petrolina - PE
 Porto Alegre - RS
 Porto Velho - RO
 Recife - PE
 Rio Branco - AC
 Rio de Janeiro - RJ
 Salvador - BA
 São Luis - MA
 São Paulo - SP
 Teresina - PI
 Vitória - ES

Destarte, em que pese a nobre intenção do MPCO em salvaguardar o Interesse Público, não merece prosperar a nulidade como pretendida. Senão veja-se.

Neste ponto, esclareça-se que a questão já fora apreciada por alguns Tribunais de Contas, como é o caso do TCE/PE nos autos da Auditoria Especial nº 1603972-5, em que, amparada pelo parecer do próprio **MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS – MPCO (PARECER Nº 00376/2017) DE LAVRA DO PROCURADOR GUSTAVO MASSA – Doc. 07**, restou reconhecida a legalidade da cláusula contratual de fixação de honorários advocatícios nas contratações de FUNDEF:

“Diante desta realidade e dos precedentes acima colacionados, altero o entendimento assumido no Opinativo Ministerial nº 182/2017. **Vejo que as características do caso concreto apontam para a legalidade da cláusula contratual estabelecida.** Qualquer ser racional, entre as opções de ficar com nada ou “correr o risco” de ficar com 80% da verba que a União insiste em não repassar espontaneamente, escolheria a última delas. Obrigar o município a recompor os valores da conta do FUNDEF/FUNDEB é provocar, indiretamente, um prejuízo ao erário municipal, que teve de buscar, em juízo, a correção da conduta da União. **Ademais, se ficar decidido que o escritório de advocacia não pode receber pelo seu trabalho, não haveria quem estivesse disposto a defender o direito do Município. Criando-se, assim, um incentivo para que o Município abdicasse de seus direitos e que a União continuasse, impunemente a descumprir a lei. Lembro, ainda, que os honorários advocatícios têm natureza alimentar, preterindo verbas**



Aracaju - SE
 Belém - PA
 Belo Horizonte - MG
 Brasília - DF
 Campo Grande - MS
 Cuiabá - MT
 Curitiba - PR
 Florianópolis - SC
 Fortaleza - CE
 Goiânia - GO
 Maceió - AL
 Manaus - AM
 Natal - RN
 Palmas - TO
 Petrolina - PE
 Porto Alegre - RS
 Porto Velho - RO
 Recife - PE
 Rio Branco - AC
 Rio de Janeiro - RJ
 Salvador - BA
 São Luis - MA
 São Paulo - SP
 Teresina - PI
 Vitória - ES

de outra natureza. O juiz, o procurador federal e todos os demais envolvidos foram remunerados durante o processo, por que, então, negar este direito ao advogado vencedor da causa? O mais correto seria que a própria União fosse obrigada a, além de restituir os valores devidos, assumir o custo dos honorários convencionados, visto que foi a União que deu causa ao imbróglio jurídico.” (Parecer Complementar MPCO nº 00376/2017 nos autos da Auditoria Especial TCE/PE nº 1603972-5).

“Sendo assim, à luz do opinativo exarado pelo MPCO, no âmbito do Parecer Complementar MPCO nº 00376/2017, da lavra do Procurador Gustavo Massa (Volume 2, folhas 448 a 463), nos termos reproduzidos acima, considero que pode ser afastada a irregularidade apontada pela Auditoria.”(Voto Vencedor – Relator Cons. Marcos Flávio - nos autos da Auditoria Especial TCE/PE nº 1603972-5.”

Com a devida consideração, no julgamento atualmente apontado para embasar a pretensão de invalidade de cláusula contratual firmada anteriormente, houve latente erro material por parte da Primeira Seção do STJ, pois, o posicionamento está de encontro com o entendimento até então e desde sempre esposado pelo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL acerca da matéria, bem como acerca de diversos dispositivos constitucionais acerca do tema. Veja-se:

1) Existe acórdão da 2ª Turma do Supremo afastando o entendimento de que os ensinamentos advindos do julgamento da ACO nº 648, impediria o pagamento aos advogados que trabalhassem judicialmente em favor da educação (ARE 1050028, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJE 06/11/2017).



Aracaju - SE

Belém - PA

Belo Horizonte - MG

Brasília - DF

Campo Grande - MS

Cuiabá - MT

Curitiba - PR

Florianópolis - SC

Fortaleza - CE

Goiânia - GO

Maceió - AL

Manaus - AM

Natal - RN

Palmas - TO

Petrolina - PE

Porto Alegre - RS

Porto Velho - RO

Recife - PE

Rio Branco - AC

Rio de Janeiro - RJ

Salvador - BA

São Luis - MA

São Paulo - SP

Teresina - PI

Vitória - ES

2) Existem apenas três decisões monocráticas advindas do Supremo que perfilham de entendimento contrário, todavia, essas decisões estão pendentes de análise pela 2ª Turma, ou seja, ainda não transitaram em julgado.

3) As duas turmas do Supremo, em diversos julgados, afastam a violação constitucional acerca da matéria, sendo claro que o julgamento do REsp nº 1703697, contrariou o posicionamento da Suprema Corte ao declarar que a retenção estaria vedada, em razão da natureza constitucional da verba.

4) Não pode ser considerado desvio de finalidade de promoção direto a educação, serviço judicial que busca a devolução de recursos da educação que não foram repassados pela União.

5) Em verdade, é de certa forma paradoxal que todo o esforço do município para receber as verbas federais e as investir na educação não abarque em si, conceitualmente, também as ações judiciais eventualmente ajuizadas para ver concretizada justamente a obrigação legal por parte da União de disponibilizar o crédito devido.

6) O posicionamento da Primeira Seção não fora dado em julgamento de Recurso Repetitivo, não sendo de cumprimento obrigatório pelo demais juízos do País.

Destaque-se, ainda, que a autorização judicial para o pagamento dos valores NÃO é responsabilidade da Administração ou do REQUERENTE, haja vista que ao advogado contratado se garante o direito a receber o seu pagamento em Precatórios específico e apartado daquele do Município. Ou seja, o valor dos honorários não transita pelos Cofres Municipais (em qualquer Fundo ou Conta). E tal decorre de lei.



Aracaju - SE

Belém - PA

Belo Horizonte - MG

Brasília - DF

Campo Grande - MS

Cuiabá - MT

Curitiba - PR

Florianópolis - SC

Fortaleza - CE

Goiânia - GO

Maceió - AL

Manaus - AM

Natal - RN

Palmas - TO

Petrolina - PE

Porto Alegre - RS

Porto Velho - RO

Recife - PE

Rio Branco - AC

Rio de Janeiro - RJ

Salvador - BA

São Luis - MA

São Paulo - SP

Teresina - PI

Vitória - ES

É o que se verifica textualmente estabelecido pelo art. 22, caput e §4º do Estatuto da Advocacia e a OAB (Lei 8.906/94), *in verbis*:

Art. 22. A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionados, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência.

...

§ 4º Se o advogado fizer juntar aos autos o seu contrato de honorários antes de expedir-se o mandado de levantamento ou precatório, o juiz deve determinar que lhe sejam pagos diretamente, por dedução da quantia a ser recebida pelo constituinte, salvo se este provar que já os pagou.

Ora, se, portanto, houve tão somente a materialização contratual do que estatui a normatização federal, não há qualquer equívoco (muito menos ilegalidade) no ato remuneratório previsto à época.

Repise-se: tal só decorrerá de fato, se houver EXPRESSA E ESPECÍFICA AUTORIZAÇÃO JUDICIAL a ser requerida e eventualmente deferida nos próprios autos da execução em curso.

Portanto, se considerado pelo Poder Judiciário que a efetiva autorização encontra óbice na interpretação sistemática das normas atinentes ao caso, o pior que pode acontecer – para o prestador – é a retenção ser vetada.



Aracaju - SE
 Belém - PA
 Belo Horizonte - MG
 Brasília - DF
 Campo Grande - MS
 Cuiabá - MT
 Curitiba - PR
 Florianópolis - SC
 Fortaleza - CE
 Goiânia - GO
 Maceió - AL
 Manaus - AM
 Natal - RN
 Palmas - TO
 Petrolina - PE
 Porto Alegre - RS
 Porto Velho - RO
 Recife - PE
 Rio Branco - AC
 Rio de Janeiro - RJ
 Salvador - BA
 São Luis - MA
 São Paulo - SP
 Teresina - PI
 Vitória - ES

Aí sim, nesse caso, a Administração resta ciente de que não poderá promover pagamento honorário com a verba que perceber – necessitando dispor de verba própria para tanto.

Demais disso, quando firmada a avença era uníssono o entendimento dos próprios Tribunais Superiores sobre a possibilidade do destaque – Precedentes do **STJ (Doc. 08)** e do **STF (Doc. 09)**.

Assim, a alteração jurisprudencial (QUE, CONVENHAMOS, NEM SE CONSOLIDOU E, AINDA ASSIM, PODE DECORRER VÁRIAS VEZES, SEMPRE EM SENTIDO OPOSTO AO ANTERIOR), por si só, não impede o estabelecimento da condição contratual – que, repise-se, para efetivar-se depende de análise do PODER JUDICIÁRIO.

Fosse assim, caso o Ente Público, ao terceirizar, não pretenda honrar a contraprestação pecuniária, basta acrescer ao instrumento clausula com entendimento jurisprudencial e torcer para que os Tribunais mudem seu posicionamento. Em casos tais, no entender do MPCO, todo o instrumento estaria eivado de vícios aptos a inviabilizar a manutenção da prestação como um todo e, pior, REMUNERAR POR UM SERVIÇO PRESTADO.

Desta feita, chega a ser irresponsável a imputação feita pelo Ministério Público de Contas tanto aos agentes públicos, como a esse escritório legitimamente contratado, pois não há qualquer empecilho fático, legal ou jurisprudencial à terceirização do serviço do FUNDEF promovido pelo Município de Santa Luzia com o escritório Requerente,



Aracaju - SE
 Belém - PA
 Belo Horizonte - MG
 Brasília - DF
 Campo Grande - MS
 Cuiabá - MT
 Curitiba - PR
 Florianópolis - SC
 Fortaleza - CE
 Goiânia - GO
 Maceió - AL
 Manaus - AM
 Natal - RN
 Palmas - TO
 Petrolina - PE
 Porto Alegre - RS
 Porto Velho - RO
 Recife - PE
 Rio Branco - AC
 Rio de Janeiro - RJ
 Salvador - BA
 São Luis - MA
 São Paulo - SP
 Teresina - PI
 Vitória - ES

tendo o procedimento de sua contratação sido conduzido pelo Ente Público sob o manto da legalidade.

Demais disso, houvesse realmente um posterior e definitivo posicionamento em desfavor da retenção contratual anteriormente autorizada (o que, repise-se, vigorava na época da avença), bastaria a mera alteração de tal Cláusula Contratual, a fim de que se indicasse qual a rubrica responsável pela verba.

Em hipótese alguma poder-se-ia utilizar manifestação judicial genérica, posterior ao Contrato, para invalida-lo como um todo. A medida seria, antes de tudo, desarrazoada.

Frise-se, por fim: não há, nem houve qualquer pagamento de nenhuma espécie ao escritório Requerente pela prestação aqui mencionada, em especial pelo fato de que o cumprimento de sentença de nº 0018349-75.2017.4.01.3400 encontra-se **ainda em curso**, conforme se infere da Certidão Informativa do processo, ora acostada (**Doc. 10**).

Ainda, a Representação Ministerial chega a vindicar que os honorários sucumbenciais pertencem ao ente municipal, integrando receita da edilidade. Todavia, sabe-se que os honorários de sucumbência, aqueles que não atingem o montante da condenação principal, tem caráter remuneratório pelo serviço prestado no decorrer do patrocínio da demanda, sendo, portanto, de titularidade do advogado patrono da ação.

É bem verdade, todavia, que antes da vigência do Código de Processo Civil de 2015 havia divergência de entendimento,



Aracaju - SE
 Belém - PA
 Belo Horizonte - MG
 Brasília - DF
 Campo Grande - MS
 Cuiabá - MT
 Curitiba - PR
 Florianópolis - SC
 Fortaleza - CE
 Goiânia - GO
 Maceió - AL
 Manaus - AM
 Natal - RN
 Palmas - TO
 Petrolina - PE
 Porto Alegre - RS
 Porto Velho - RO
 Recife - PE
 Rio Branco - AC
 Rio de Janeiro - RJ
 Salvador - BA
 São Luis - MA
 São Paulo - SP
 Teresina - PI
 Vitória - ES

inclusive no âmbito dos Tribunais Superiores, com relação à titularidade dos honorários sucumbenciais quando vencedora a Administração Pública. Contudo, referida situação foi plenamente cessada a partir da vigência da nossa legislação processual que em seu art. 85 dispõe, sem sobra de dúvidas, a quem cabe referida verba honorária:

“Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.”

§ 1º São devidos honorários advocatícios na reconvenção, no cumprimento de sentença, provisório ou definitivo, na execução, resistida ou não, e nos recursos interpostos, cumulativamente”.

Portanto, a modificação implementada pelo CPC/15 foi substancial, vez que **garantiu a titularidade definitiva dos honorários de sucumbência ao advogado do vencedor**, dirimindo qualquer dúvida que porventura ainda existisse.

Noutro ponto questionado, quanto à justificativa do preço, veja-se o entendimento da Advocacia Geral da União, por meio da Orientação Normativa nº 17, de 1º de abril de 2009, *in verbis*:

“A razoabilidade do valor das contratações decorrentes de inexigibilidade de licitação poderá ser aferida por meio da comparação da proposta apresentada com os preços praticados pela futura contratada junto a outros entes públicos e/ou privados, ou outros meios igualmente idôneos.”

O TCU, a seu turno, compartilha do mesmo entendimento, ao asseverar que:



Aracaju - SE
 Belém - PA
 Belo Horizonte - MG
 Brasília - DF
 Campo Grande - MS
 Cuiabá - MT
 Curitiba - PR
 Florianópolis - SC
 Fortaleza - CE
 Goiânia - GO
 Maceió - AL
 Manaus - AM
 Natal - RN
 Palmas - TO
 Petrolina - PE
 Porto Alegre - RS
 Porto Velho - RO
 Recife - PE
 Rio Branco - AC
 Rio de Janeiro - RJ
 Salvador - BA
 São Luis - MA
 São Paulo - SP
 Teresina - PI
 Vitória - ES

“Também importante é o entendimento pacífico de que a justificativa de preço é elemento essencial da contratação, posto que a sua validade depende da verificação da razoabilidade do preço ajustado, conforme prevê o inciso III do art. 26 da Lei nº 8.666/1993. (...) a inviabilidade de competição não constitui óbice, por si, à verificação da razoabilidade do preço. Diversos são os parâmetros que poderão ser utilizados para se avaliar a adequação dos preços, mesmo quando se tratar de fornecedor exclusivo.”

(TCU, Acórdão nº 2.611/2007, Plenário, Rel. Min. Augusto Nardes, j. em 05.12.2007.)

Após essas considerações pode-se concluir que quando o assunto é inexigibilidade de licitação, a compatibilidade do preço contratado deve ser comprovada no processo através de contratos firmados anteriormente com a Administração ou por meio de contratos firmados com outros particulares.

Não obstante, o ilustre jurista Marçal Justen Filho, leciona em sua obra “Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos” que na impossibilidade de justificar o preço com base em contratos anteriores firmados entre a Administração e o particular “**o contrato com a Administração Pública deverá ser praticado em condições econômicas similares com as adotadas pelo particular para o restante de sua atividade profissional.**” (Dialética – 2012).

Face ao exposto, não há que se falar em irregularidade na contratação da MONTEIRO E MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS para representar o município em juízo e buscar os créditos



Aracaju - SE
 Belém - PA
 Belo Horizonte - MG
 Brasília - DF
 Campo Grande - MS
 Cuiabá - MT
 Curitiba - PR
 Florianópolis - SC
 Fortaleza - CE
 Goiânia - GO
 Maceió - AL
 Manaus - AM
 Natal - RN
 Palmas - TO
 Petrolina - PE
 Porto Alegre - RS
 Porto Velho - RO
 Recife - PE
 Rio Branco - AC
 Rio de Janeiro - RJ
 Salvador - BA
 São Luis - MA
 São Paulo - SP
 Teresina - PI
 Vitória - ES

que lhe venham a ser reconhecidos em execução de título judicial vindicado e/ou obtido pelo referido escritório, ao patrocinar desde o início o processo de conhecimento em benefício do Município.

Não há ademais como se vislumbrar qualquer possibilidade de dano ao erário ou dilapidação do patrimônio público, legitimamente protegido.

O que se vê, em verdade, é a imensurável e significativa alternativa de entrada de novas receitas a este Ente Federado, já tão penalizado com os repasses a menor realizados pela União em sua repartição tributária.

Entende-se, assim, que sendo as ações, por muitas vezes, tão demoradas para o efetivo reconhecimento do direito ao seu final, ou seja, para o efetivo cumprimento da entrada dos recursos, que é justo, legal e legítimo o pagamento do percentual de 20% (vinte por cento) do que conseguir o escritório favoravelmente aos cofres municipais.

Ademais, o Município ao promover tal contratação, pautou-se na legalidade, constatando que o dito percentual não constitui qualquer excesso, já tendo sido inclusive reconhecido pelo Judiciário como devido a outros advogados por ocasião da sua contratação por Municípios e em matéria semelhante à presente. Veja-se como exemplo os seguintes julgados

“PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIFERENÇAS NA COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEF.



Aracaju - SE
 Belém - PA
 Belo Horizonte - MG
 Brasília - DF
 Campo Grande - MS
 Cuiabá - MT
 Curitiba - PR
 Florianópolis - SC
 Fortaleza - CE
 Goiânia - GO
 Maceió - AL
 Manaus - AM
 Natal - RN
 Palmas - TO
 Petrolina - PE
 Porto Alegre - RS
 Porto Velho - RO
 Recife - PE
 Rio Branco - AC
 Rio de Janeiro - RJ
 Salvador - BA
 São Luis - MA
 São Paulo - SP
 Teresina - PI
 Vitória - ES

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS. RETENÇÃO DE 20% (VINTE POR CENTO). POSSIBILIDADE.

1. *Agravo de Instrumento manejado em face da decisão que indeferiu o pedido de retenção dos honorários advocatícios contratuais, em favor da Sociedade de Advogados Raimundo & Capela Consultoria Jurídica, no importe de 20% (vinte por cento) do crédito devido pela União em favor do Município de Barra de Guabiraba, referentes a valores pretéritos devidos ao FUNDEF.*

2. *Não há nenhum óbice a que sejam retidos, na hipótese, os honorários contratuais em questão, pois, nos termos em que preceitua a norma inserta no art. 22, parágrafo 4º, da Lei nº 8.906/94, a única condição imposta ao atendimento de tal pleito é a juntada aos autos do contrato escrito da verba honorária antes de expedida a requisição de pagamento correspondente, o que restou atendido no caso de que ora se trata.*” (destaques acrescidos)

(TRF5 – Terceira Turma – AGTR 127.419/PE – 0010024-91.2012.4.05.0000 – Des Rel. Geraldo Apoliano – Acórdão datado de 25.10.2012)

“PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. REVISÃO DO VALOR MÍNIMO ANUAL POR ALUNO – VMAA DO FUNDEF. COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR DO FUNDO PELA UNIÃO. HONORÁRIOS CONTRATUAIS. **RETENÇÃO DE 20% (VINTE POR CENTO). POSSIBILIDADE.** ART. 22, § 4º, DA LEI Nº 8.906/94.

1. Agravo de instrumento interposto contra decisão que indeferiu o pedido de retenção, a título de honorários contratuais, do percentual de 20% (vinte por cento) sobre o montante a ser pago pela União em favor do Município de Tacaratu/PE, relativo a valores pretéritos devidos ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEF.



Aracaju - SE
 Belém - PA
 Belo Horizonte - MG
 Brasília - DF
 Campo Grande - MS
 Cuiabá - MT
 Curitiba - PR
 Florianópolis - SC
 Fortaleza - CE
 Goiânia - GO
 Maceió - AL
 Manaus - AM
 Natal - RN
 Palmas - TO
 Petrolina - PE
 Porto Alegre - RS
 Porto Velho - RO
 Recife - PE
 Rio Branco - AC
 Rio de Janeiro - RJ
 Salvador - BA
 São Luis - MA
 São Paulo - SP
 Teresina - PI
 Vitória - ES

2. **Não há nenhum óbice a que sejam retidos, na hipótese, os honorários contratuais em questão**, pois, nos termos em que preceitua a norma inserta no art. 22, § 4º, da Lei nº 8.906/94, a única condição imposta ao atendimento de tal pleito é a juntada aos autos do contrato escrito da verba honorária antes de expedida a requisição de pagamento correspondente, o que restou atendido no caso de que ora se trata.

...

4. Agravo de instrumento provido. (destaques acrescidos)
 (TRF5 – Segunda Turma – AGTR 126.413/PE – 0008421-80.2012.4.05.0000 – Des Rel. Convocado Rubens de Mendonça Canuto – DJ de 13.09.2012)

Assim, a conclusão da análise realizada deveria caminhar justamente em sentido oposto, qual seja, no sentido de que a recuperação de valores propiciaria uma possibilidade de ingresso de recursos que reverterão em prol de toda a coletividade.

c) DA NECESSÁRIA INDENIZAÇÃO PELO ENTE PÚBLICO EM RAZÃO DO SERVIÇO PRESTADO:

Por fim, importante frisar que eventual rescisão contratual declarada por essa Colenda Corte de Contas não exonera o Ente Municipal ao pagamento de indenização pelos serviços prestados no decorrer da vigência do contrato, como tenta levar a crer o Parquet de Contas, tais como: propositura e acompanhamento das demandas, diligências locais decorridas durante a vigência contratual; redação e confecção das peças inaugural; diligência perante os Juízos em que correm as demandas; levantamento contábil e planilhamento dos valores e créditos



Aracaju - SE
 Belém - PA
 Belo Horizonte - MG
 Brasília - DF
 Campo Grande - MS
 Cuiabá - MT
 Curitiba - PR
 Florianópolis - SC
 Fortaleza - CE
 Goiânia - GO
 Maceió - AL
 Manaus - AM
 Natal - RN
 Palmas - TO
 Petrolina - PE
 Porto Alegre - RS
 Porto Velho - RO
 Recife - PE
 Rio Branco - AC
 Rio de Janeiro - RJ
 Salvador - BA
 São Luis - MA
 São Paulo - SP
 Teresina - PI
 Vitória - ES

vindicados, tudo conforme prescreve a Lei nº 8.666/93, em seu art. 79, § 2º, inciso II:

Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;

...

§ 1º A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

§ 2º Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo anterior, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

...

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão; (sem grifos no original).

O Egrégio Superior Tribunal, de forma pacífica, entende que o Poder Público deve remunerar a parte pelo serviço efetivamente prestado em respeito ao princípio da boa-fé objetiva (orientadora também da Administração Pública). Vejamos:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO ADMINISTRATIVO. FORMA VERBAL. COBRANÇA JUDICIAL. MUNICÍPIO QUE ALEGA A AUSÊNCIA DO DEVER DE INDENIZAR PELOS SERVIÇOS PRESTADOS, EM RAZÃO DA NULIDADE DO CONTRATO FIRMADO COM A AGRAVADA. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. **RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS.**



Aracaju - SE
 Belém - PA
 Belo Horizonte - MG
 Brasília - DF
 Campo Grande - MS
 Cuiabá - MT
 Curitiba - PR
 Florianópolis - SC
 Fortaleza - CE
 Goiânia - GO
 Maceió - AL
 Manaus - AM
 Natal - RN
 Palmas - TO
 Petrolina - PE
 Porto Alegre - RS
 Porto Velho - RO
 Recife - PE
 Rio Branco - AC
 Rio de Janeiro - RJ
 Salvador - BA
 São Luis - MA
 São Paulo - SP
 Teresina - PI
 Vitória - ES

PRINCÍPIO DO NÃO ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83 DO STJ. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM EM CONSONÂNCIA COM A ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL PREDOMINANTE NESTA CORTE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Não há omissão ou obscuridade no acórdão recorrido, quando o Tribunal de origem pronuncia-se, de forma clara e precisa, sobre a questão posta nos autos, assentando-se em fundamentos suficientes para embasar a decisão. Precedentes do STJ.

2. No caso dos autos, o acórdão recorrido afirmou que a prova recolhida dá conta que o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, órgão do Município de Porto Alegre, recebeu propostas para a criação de serviços gráficos para edição de livro, dos quais foi selecionado o orçamento da agravada, que o serviço foi executado, que foi encaminhado requerimento de pagamento à Prefeitura de Porto Alegre, que, após longa tramitação, negou-se a fazê-lo. Concluiu, ainda, que o Município tem o dever de cumprir o contrato, pois a eventual nulidade do procedimento licitatório não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que houver executado, nos termos do art. 59, parágrafo único, da Lei 8.666/1993.

3. De acordo com a orientação jurisprudencial predominante no STJ, se o Poder Público, embora obrigado a contratar formalmente, opta por não fazê-lo, não pode valer-se de disposição legal que prestigia a nulidade do contrato verbal para não efetuar o pagamento dos serviços executados, porque isso configuraria uma tentativa de se valer da própria torpeza, comportamento vedado pelo ordenamento jurídico, por conta do prestígio da boa-fé objetiva. Precedentes (STJ, REsp 1.111.083/GO, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 06/12/2013; STJ, REsp 859.722/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 17/11/2009).



Aracaju - SE
 Belém - PA
 Belo Horizonte - MG
 Brasília - DF
 Campo Grande - MS
 Cuiabá - MT
 Curitiba - PR
 Florianópolis - SC
 Fortaleza - CE
 Goiânia - GO
 Maceió - AL
 Manaus - AM
 Natal - RN
 Palmas - TO
 Petrolina - PE
 Porto Alegre - RS
 Porto Velho - RO
 Recife - PE
 Rio Branco - AC
 Rio de Janeiro - RJ
 Salvador - BA
 São Luis - MA
 São Paulo - SP
 Teresina - PI
 Vitória - ES

4.O Tribunal de origem decidiu a causa em consonância com a orientação jurisprudencial predominante neste Tribunal, pelo que incide, na espécie, a Súmula 83/STJ, enunciado sumular aplicável, inclusive, quando fundado o Recurso Especial na alínea a do inciso III do art. 105 da Constituição Federal.

5.Agravo Regimental improvido.

(AgRg no AREsp 233.908/RS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/03/2015, DJe 10/03/2015) (grifo nosso).

ADMINISTRATIVO. CONTRATO ADMINISTRATIVO. FORMA VERBAL. NÃO-PAGAMENTO. COBRANÇA JUDICIAL. PRINCÍPIO DO NÃO-ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. PAGAMENTO DEVIDO.

1.De acordo com o art. 60, p. ún., da Lei n. 8.666/93, a Administração Pública direta e indireta, via de regra, está proibida de efetuar contratos verbais. Nada obstante, o Tribunal a quo constatou que houve a prestação do serviço.

2.Se o Poder Público, embora obrigado a contratar formalmente, opta por não fazê-lo, não pode, agora, valer-se de disposição legal que prestigia a nulidade do contrato verbal, porque isso configuraria uma tentativa de se valer da própria torpeza, comportamento vedado pelo ordenamento jurídico por conta do prestígio da boa-fé objetiva (orientadora também da Administração Pública).

3. Por isso, na ausência de contrato formal entre as partes - e, portanto, de ato jurídico perfeito que preservaria a aplicação da lei à celebração do instrumento -, deve prevalecer o princípio do não enriquecimento ilícito. Se o acórdão recorrido confirma a execução do contrato e a realização do serviço pelo recorrido, entendo que deve ser realizado o pagamento devido pelo recorrente.



Aracaju - SE

Belém - PA

Belo Horizonte - MG

Brasília - DF

Campo Grande - MS

Cuiabá - MT

Curitiba - PR

Florianópolis - SC

Fortaleza - CE

Goiânia - GO

Maceió - AL

Manaus - AM

Natal - RN

Palmas - TO

Petrolina - PE

Porto Alegre - RS

Porto Velho - RO

Recife - PE

Rio Branco - AC

Rio de Janeiro - RJ

Salvador - BA

São Luis - MA

São Paulo - SP

Teresina - PI

Vitória - ES

4. Inclusive, neste sentido, é de se observar que mesmo eventual declaração de nulidade do contrato firmado não seria capaz de excluir a indenização devida, a teor do que dispõe o art. 59 da Lei n. 8.666/93.

5. Recurso especial não provido.

(REsp 1231646/MA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/12/2014, DJe 19/12/2014)

Conforme as decisões colacionadas acima, ainda que não houvesse contrato realizado entre o Município de Santa Luzia e a Monteiro e Monteiro Advogados, os patronos fariam jus aos honorários advocatícios, vez que resta **comprovado o seu patrocínio no processo**.

Ademais, é igualmente consagrado pela Doutrina e Jurisprudência que o Contrato faz lei entre as partes, e este é o princípio que está sendo irresponsavelmente desrespeitado pelo Ministério Público de Contas, vejamos o posicionamento da jurisprudência:

“APELAÇÃO. MANDATO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS. AÇÃO DE COBRANÇA DE SALDO DO QUE FOI PACTUADO. IMPROCEDÊNCIA. DESCABIMENTO. INCONTROVERSO O VALOR PACTUADO PARA OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DO AUTOR. PREVALÊNCIA DO PRINCÍPIO “PACTA SUNT SERVANDA”. SENTENÇA “EXTRA PETITA”. CONFIGURAÇÃO. PROVIDO O RECURSO DO AUTOR.

A ré confirmou a pactuação verbal dos valores apontados pelo autor. Na avença não houve ressalva à extensão dos serviços prestados pelo causídico na ação de separação judicial e, tampouco, especificou-se eventual alteração da verba honorária em razão do grau de dificuldade verificado naquela



Aracaju - SE
 Belém - PA
 Belo Horizonte - MG
 Brasília - DF
 Campo Grande - MS
 Cuiabá - MT
 Curitiba - PR
 Florianópolis - SC
 Fortaleza - CE
 Goiânia - GO
 Maceió - AL
 Manaus - AM
 Natal - RN
 Palmas - TO
 Petrolina - PE
 Porto Alegre - RS
 Porto Velho - RO
 Recife - PE
 Rio Branco - AC
 Rio de Janeiro - RJ
 Salvador - BA
 São Luis - MA
 São Paulo - SP
 Teresina - PI
 Vitória - ES

*demanda, a saber, se viesse a ostentar desfecho litigioso ou composição amigável. **Deve prevalecer, pois, o que foi adrede pactuado.** (Apelação 0164677-66.2008.8.26.0002; Relator (a): Adilson de Araujo; Órgão Julgador: 31ª Câmara de Direito Privado; Foro Regional II - Santo Amaro 4ª Vara Cível; Data Do Julgamento: 15/05/2012; Data de Registro: 18/05/2012)*

Assim, a “tese” encampada pela Procuradoria de Contas de que a Edilidade será exonerada do pagamento de honorários advocatícios em eventual declaração de rescisão da contratação, não ostenta qualquer amparo legal e/ou jurisprudencial.

IV – DOS REQUERIMENTOS:

Ante todo o exposto, requer se digne Vossa Excelência, com a experiência e acuidade que lhe são peculiares, a determinar o **arquivamento** da presente representação ou sua total improcedência, por ser medida da mais lúdima Justiça.

Ademais, protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos.

Termos em que,
 Pede deferimento.
 Recife/PE, 01 de junho de 2021.

MONTEIRO E MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS
BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO
OAB/PE nº 11.338
OAB/MG nº 97.276